

Digitized by the Internet Archive in 2009 with funding from University of Toronto

# EDITAL

Do Eminentissimo e Reverendissimo Senhor

## CARDIAL PATRIARCA

DE LISBOA,

Em que declarou, que neste Patriarcado não tinha lugar a prohibição de Ovos, e Lacticinios no tempo da Quaresma.

#### DEFERINDO

Ao Requerimento aprefentado pelos Procuradores da dita Cidade de Lisboa, em que demonstrarão, que nella, e no seu Arcebispado fora sempre a dita prohibição excluida, pelo costume anterior á Bulla da Cruzada, antiquissimo, e tão immemorial, que não se póde assimento ana o principio que teve.

PUBLICADO POR ORDEM

D- 0

## SENADO DA CAMERA DE LISBOA.



### LISBOA,

Na Officina de MIGUEL MANESCAL DA COSTA,
Impressor do Santo Officio
ANNO M DCC LXVIII.

COM PRIVILEGIO REAL.



## EX.MO E R.MO SENHOR.

Izem os Procuradores da Cidade de Lisboa, que vendo na presente Quaresma mover a questão, se no dito tempo se podião comer Ovos, e Lacticinios, lhes foi necessario buscar os Privilegios do Reyno, e mostrar, que por antiquissmo Privilegio nunca os Lacticinios forão prohibidos nesta Corte, como se mostra pelo Requerimento, e Demonstração junta; e porque para o suturo não torne a vir em controversia semelhante materia:

P Edem a V. Excellencia lhes faça a mercê de mandar-lhes registrar nos Livros da Camera; e juntamente licença para o poderem produzir ao Público pelo meio da estampa, o que he em utilidade pública, não só desta Corte, e Pa-A ii tri-

triarcado, mas de todo o Reyno, a favor de quem os supplicantes devem sempre requerer; e se assignão os supplicantes como partes.

E R. M.

Christovão José Franco Bravo. Luiz Antonio de Araujo.

Registre se nos Livros da Camera na fórma, que os supplicantes requerem; e o Senado lhes dá licença para o produzirem ao público pelo meio da estampa. Meza 27 de Fevereiro de 1768.

> Paulo de Carvalho e Mendonça Presidente do Senado da Camera.

Antonio de Siqueira da Gama e Ayala.

Joaquim Gerardo Teixeira.

Ignacio Gonfalves Pinto.

Antonio Rodrigues Pereira.

Caetano José Gomes.

FRAN-

## FRANCISCUS I.

CARDINALIS PATRIARCHA LISBONENSIS.

A todas as pessoas Ecclesiasticas, e Seculares deste nosso Patriarcado saude, e benção.

Omo não duvidamos, qué pelo Nosso Pastoral Officio estamos obri-gados a occorrer a todos os incommodos, e necessidades espirituaes dos Nossos amados Subditos na parte dependente da Nossa Jurisdicção: Sendo-nos representado pelo Procurador da Cidade o muito, que padecia o Povo na falta dos Lacticinios; e bem cuidadosamente averiguada esta materia, conformando-nos com o que já em o anno de mil seiscentos e noventa fez público por huma sua Pastoral o Eminentissimo e Reverendissimo Cardial de Souza Nosso Predecessor: Declaramos, que neste Patriarcado não ha obrigação da abstinencia de Ovos, e Lacticinios no tempo da Quaresma; para que as Nossas Ovelhas poísão sem escrupulo, nem embaraço

raço de suas consciencias usar livremente dos ditos Ovos, e Lacticinios.

E para que venha á noticia de todos: Mandamos que seja affixado o presente Edital em todas as Igrejas deste Nosso Patriarcado. Dado na Junqueira no Palacio da Nossa Residencia, sob Nosso Signal, e Sello das Nossas Armas, aos 24 de Fevereiro de 1768.

F. Cardial Patriarca.

Loco Sigilli.

Vicente Gomes Sottomaior.

Edital, por que V. Eminencia ha por bem declarar, que todas as Pessoas deste Patriar-cado podem usar de Ovos, e Lasticinios no tempo da Quaresma, como assima se declara.

Para Vossa Eminencia ver, e assignar.

Signal, e Sello.

### EM.MO E R.MO SENHOR.

Epresenta a Vossa Eminencia o Procurador da Cidade de Lisboa, que séndo esta Cidade frequentada pelo Commercio de todas as Nações da Europa; e sendo tão numerosos os habitantes della, e os do seu Termo, que nella traficão quotidianamente, como he manifesto; se achão todos constituidos com a privação do uso de Ovos, Manteiga, Queijo, e Leite, nas urgentes, e notorias necessidades, que constão da Demonstração junta. E porque não ha cousa, que seja, nem mais conforme aos pios sentimentos de bum Povo, que tem por primeiro principio a religiosa veneração á Igreja, do que recorrer nas suas necessidades ao seu Apostolico Prelado, para achar nelle o remedio de afflicções tão grandes, como as que está a-Etualmente padecendo; nem que seja mais propria da indefectivel justiça, da benigna providencia, e das grandes virtudes de V. FiniFminencia, do que evitar as occasiões de peccados, e de escandalos, e occorrer ao remedio das suas Ovelhas, quando este depende
somente de fazer V. Eminencia uso do poder inherente ao seu Pastoral Officio, para
remover deltas os escrupulos, que com consciencias erroneas estão fazendo de comerem
os Ovos, e Lacticinios, que neste Patriarcado forão sempre permittidos no tempo da
Quaresma, por costume anterior á Bulla da
Cruzada, o qual era já ao tempo della tão
antigo, que se não pode assignar o principio que teve:

Pede a V. Eminencia, que em attenção ao referido, imitando V. Eminencia aos seus Dignissimos Predecessores, e excitando o referido costume, que com a Bulla da Cruzada esteve confundido; lhe faça mercê declarar por público Edicto Pastoral em beneficio dos mesmos Póvos afslictos, para o socego das suas consciencias, e para o remedio das suas urgentissimas necessidades: que neste Patriarcado não deve observar-

var se a dita privação de Ovos, e Lacticinios, pelos fundamentos expostos na
dita Demonstração, e pelos mais que
V. Eminencia supprivá com luzes incomparavelmente superiores: Para confervar os Diocesanos do seu Patriarcado
na antiquissima quasi posse do costume,
em que sempre estiverão de usarem livremente dos referidos Ovos, é Lacticinios no tempo da Quaresma; não obstante a probibição de Direito Commum,
que claramente consta não baver sido acceita neste Reyno, antes notoriamente
excluida pelo mesmo contrario costume
assima referido.

ER.M.



# **DEMONSTRAÇÃO**

Do Poder, e obrigação, que todos os Prelados Diocefanos tem de dispensar na abstinencia de Ovos, e Lacticinios, quando concorrem justas causas;

E das muitas causas de indispensavel necessidade publica, que farião a referida dispensa innegavel neste Patriarcado de Lisboa, se necessaria fosse.

#### §. I

Um dos Pontos, em que se acha mais claro, e estabelecido em Direito o poder, e authoridade dos Bispos, para o uso das Disposições nas Leys Ecclesiasticas, pelo que respeita aos seus Diocesanos, havendo justa causa para ellas, he sem controversia o presente Jejum: Porque, ou este seja universal, e determinado para todo o Christianismo, ou seja particular, e respectivo sómente ás Igrejas, ou Dioceses particulares, sempre so subordinado á authoridade dos Bispos, pelo que tocava, e dizia respeito aos seus subditos.

2 Se era particular, e respectivo sómente ás Igrejas, e Dioceses particulares, ninguem duvidou, que os Ordinarios de cada huma das ditas Igrejas, e Dioceses, pudessem dispensar nelle. No caso porém de ser particular, por

for-

força se ha de julgar determinado, ou pelo mesmo Ordinario, ou por algum dos seus Antecessores, ou pelo Synodo Diocesano; e em todos estes casos póde o Ordinario não só dispensar com os seus subditos no dito jejum, mas tambem derogallo, e tirallo de todo: Porque per quascumque causas res nascitur, per easdem dissolvitur. (1) O que tem lugar, ainda que o Legislador do mesmo jejum prohibisse expressamente aos seus Successores a derogação, e dispensa delle: Porque non habet imperium par in parem; (2) e nenhum Ordinario póde ligar as mãos aos seus Successores, para não poderem usar de todo o seu poder, e authoridade conferida por Christo para o bom governo das Ovelhas, que lhe forão commettidas. E da mesma sorte procede tendo sido o jejum estabelecido pelo Synodo Diocesano; porque o Legislador dos Estatutos, e preceitos Synodaes, he sómente o Ordinario; e os Padres, de que elle se compõe, não são mais que puros Conselheiros do mesmo Ordinario. e como taes são chamados a elle: Porque o poder da Ordem, e da Jurisdicção foi dada por Deos aos Bispos, e não aos Synodos.

3 Se o jejum he universal, e determinado para todo o Christianismo, como he o jejum da Quaresma; não só por ser sundado na Tradição Apostolica, e recebido geralmente em

to-

<sup>(1)</sup> Cap. I de Reg. jur. (2) Cap. Innotuit 20. de eleck.

todo o Mundo Christão, desde os primeiros seculos da Igreja, em obsequio, e imitação do exemplo de Christo, (3) mas tambem por ser justo, que huma parte do anno se consagrasse a Deos, deputando-se para a penitencia, e taixando-se, como por modo da Decima estabelecida no tempo, assim como a tinha Deos estabelecido nos frutos pela Ley antiga, cujo preceito suscitou depois a Igreja: Neste caso não podem os Bispos derogallo, e tirallo de todo, ainda pelo que toca ás suas Dioceses, nem eximir absoluta, e geralmente os seus Diocesanos da obrigação de guardallo, porque o inferior não póde tirar a Ley do Superior. (4)

4 Podem porém sem disputa moderallo, e modificallo em alguns casos, e circumstancias particulares, mudando-o, se necessario sor, e transferindo-o de hum dia para outro, e relaxando a obrigação delle com alguns individuos particulares, ou por certo tempo, ou sem determinação delle, como succede com os enfer-

mos, e debeis.

5 1.º Porque assim o pede o bom governo das suas Ovelhas, e o bem espiritual, e temporal dos seus subditos, que sem esta faculdade, e poder nos seus Bispados, sicarião expostos ao irreparavel prejuizo de perder as proprias vidas, e faltarião ao preceito de Direito

(3) Cap. XVI. Dist 5. de Consec.

<sup>(4)</sup> Cap. Cum inferior 16. de Maior. & Obedientia.

Natural, que lhes impõe a necessidade, e obrigação de conservalla, por não poder permittir sempre a urgencia da necessidade o recurso ao Summo Pontifice para delle se conseguir a dispensa; e porque não póde ser outra a mente, e intenção da Igreja na imposição do pre-

ceito do jejum.

6 Il. Porque assim o persuadem o poder, e a authoridade, que Christo deo aos Bispos nas Pessoas dos Apostolos, dos quaes elles são Successores, entregando-lhes o seu rebanho, e ordenando-lhes, que o apascentassem; para cujo sim necessariamente se lhes deve suppôr concedido todo o poder necessario para poderem subministrar-lhe todo o pasto preciso, conforme as necessidades do meimo rebanho.

7 III.º Porque he axioma commum de Theologos, e Canonistas, que o Bispo póde tanto na sua Diocese, como o Papa em todo o Mundo Christão: O que passa sem dúvida, e não padece excepção, que não seja a dos casos, em que os Papas sizerão para si algumas reservas, como tem seito nas causas chamadas vulgarmente ma ores: E como entre estas se não contém a dispensa do jejum, sica demost ativamente certo, que a dispensa delle toca aos mesmos Bispos.

8 Por isso pois passa por certo, e livre de toda a controversia, que o costume particular de cada Diocese póde moderar, e modificar

os jejuns, que nellas se devem observar: e por isso a primeira regra que, os Papas prescrevem aos Bispos para a observancia do mesmo jejum nas suas Dioceses, he a de lhes mandarem, que observem o costume da sua Região, como se vê no Cap. III. De observat. jejun., largamente explicado por Fagnano, distinguindo as especies do costume; e tambem serve a doutrina de Gibert, que ponderando a força do costume, mostra originalmente a authoridade, e

o poder dos Bispos. (5) 9 Por todos os referidos fundamentos foi assim determinado pelos Sagrados Canones, especialmente para este Reino de Portugal, pela resposta do Papa Innocencio III. (6) sendo aquelle Supremo Pastor consultado por hum Arcebispo de Braga para lhe decidir, se poderia elle dispensar com os enfermos, e debeis para comerem carne nos dias de Jejum; E reconhecendo este poder nos Bispos: Respondeo, que não só podia, mas devia; e fundando-se neste poder dos Bispos, estabeleceo para todos os Prelados Dioceíanos esta Regra Geral.

10 Dos mesmos solidos fundamentos, e da regra por elles dada na referida fórma pelo Santo Padre Innocencio III. se seguio pois a

ou-

(6) Cap. Concilium 3. de Observat. Jejun.

<sup>(5)</sup> Fagnan. Cap. III. de Observat. Jejun. Perhing. de Observat. Jejun. S. 4. Gibert. Corp. jur. Tom. II. pag. 394. Tegra 29.

outra Regra geral indubitavelmente certa na pratica, até dos meimos Cafuiltas, segundo a qual o B spo não só póde, mas he obrigado a dispensar em tudo o que pertence ao jejum, quando para isso concorrem justas causas: Isto he quando convem ao bem do corpo, ou da alma: Como são doutrinas, asé de João Sanches in Select. Disp. 43. citado por Torrezilhas no exam. do poder dos Bispos Trat. 6. Sect. I. Disficult. 6: Conformando-se com o Text. no Cap. Domino Sancto. Dist. 50. S. Necesse, e se póde ver Gibert pag. 394. regra 30.

tinha exemplificado as caulas justas, que obrigão os Bispos a dispensarem nos jejuns; não são da substancia, mas até nas de carno, que são essenciaes; assimando, 1.º A grande dissiculdade de se observarem as ditas prohibições: 2.º O perigo de se quebrar o jejum, e de se violar a abstinencia dos Ovos, e Lacticinios: Caulas, ás quaes accrescenta Goubat (7) a nausea nascida do descostume de comerem cousas temperadas com azeite as pessoas bem creadas, e nobres.

12 O que tudo he inteiramente conforme por huma parte, com o que o Santo Pontifice Innocencio III, decidio no dito Capitulo Con-

<sup>(7)</sup> Geubat Opusc. Moral. Trat. V. Tom. II. Cap. 23. Sess. 4. S. 242.

silium 3. De Observat. Jejun., de que fallei assima. Não perguntou o Arcebispo de Braga se devia dispensar com os enfermos para poderem comer carne, mas sim, e tão sómente se podia; porém o Papa não se contentou com lhe responder sómente que podia, mas accrescentou logo, que devia, declarando a causa, que obrigava o mesmo Arcebispo a dispensar pelas expressas palavras potes, & debes, ut maius in

eis periculum evitetur.

13 Esta foi a mesma razão de decidir com que no Decreto de Graciano se referio pelo Texto do Capitulo Denique 6. Dist. IV. que consultando Santo Agostinho Bispo de Inglaterra a S. Gregorio Magno fobre o abufo, com que os Leigos daquelle Reyno comião carne nos Domingos da Quarefma: Respondêra á+ quelle Santo, que semelhante costume era contrario á razão, e parto de huma vida voluptuosa; porém, que como os ditos Leigos não era verosimel, que se tirassem de hum tão inveterado abuso, era melhor deixallos nelle indulgentemente, do que reprovar-lhes o dito abu-To, sem esperança provavel de elles observarem a prohibição, que se lhes fizesse. O que em ambos os referidos Santos Padres Innocencio III. e S. Gregorio Magno foi bem conforme ao Espirito da Santa Madre Igreja, a qual como Mãi, e como Mãi tão pia, não só permitte a dispensa dos seus preceitos, quando delles fe póde feguir gravame aos feus filhos, mas procura antes evitar-lhes as occasiões de peccarem, do que accumular-lhes occasiões para cahirem nas culpas, em quanto póde dar providencia para se evitarem.

14 É todas estas causas assima referidas, e muitas outras ainda mais urgentes, que concluem, por necessidade de maior razão concorrem no Patriarcado de Lisboa para a relaxação de Ovos, e Lacticinios. Causas, entre as quaes

são a todos notorias as seguintes.

PRIMEIRA CAUSA. Achando-se esta Corte já antes do anno de mil e quinhentos noventa e hum em hum successivo costume de se alimentar na Quaresma de Ovos, e Lacticinios, de tal sorte, que por todo aquelle longissimo espaço de tempo he constantemente certo, que nas mezas das Pessoas distinctas, e bem creadas não appareceo azeite, senão para com elle fe temperarem feladas: E que todos os alimentos Quadragesimaes se preparárão com manteiga, e consistirão em pratos de Ovos, e Lacticinios: Não póde haver verosimel esperança, de que a respeito do uso destes alimentos não seja incomparavelmente maior o numero das transgressões, do que o das observancias. E a caula de se evitar todo este grande numero de peccados a respeito de huns generos, que não são da essencia do Jejum, he certamente muito maior causa, do que o foi aquella, com que no

Texto do Capitulo Denique 6. assima referido se considerou, que se não devia interromper em Inglaterra o abuso de se comer nos Domingos da Quaresma a carne, que era da mesma esfencia do Jejum: E he igualmente certo, que todos estes peccados cahirião sobre o Prelado, que não dispensasse, podendo, e devendo.

16 SEGUNDA CAUSA. He igualmente certo, e notorio pela evidencia do facto, que a natureza, e compleição humana, não podem deixar de ser summamente alteradas para cahirem logo em muitas enfermidades com a repentina falta dos Leites, e dos Ovos, com que por toda a vida se alimentárão os Cidadãos de Lisboa no tempo da Quaresma; e com a outra repentina mudança para comeres guizados com azeite em lugar dos que até agora forão temperados com manteiga: mudança, a qual não haverá Medico algum de mediana prudencia, que não julgue, que ha de ser summamente nociva á pública saude, principalmente em hum tempo, no qual se acha esta Corte infestada de huma quasi geral epidemia de desluxos, que nella ainda dura. E tambem he certo, que a Igreja Mai não quer a ruina da saude de tantos filhos, quantos são os Fieis da Capital do Reyno, quando bastaria o perigo de enfermar hum só delles para fazer necessaria a dispença, como fe vio assima.

17 TERCEIRA CAUSA. Sendo Lisboa a Ca-B ii pi-

pital do Reyno, aonde concorrem muitas, e muito distinctas Pessoas das Nacões Estrangeiras, que devem hospedar-se nas Casas Nobres, e distinctas dos habitantes della; faria a prohibição de Ovos, e Lact cinios com que ficasse interrompido todo o Commercio com os hospedes Catholicos Romanos das Nações Estrangeiras, e os Naturaes ridiculizados com público escandalo de toda a Europa: Porque nem os ditos hospedes se poderião tratar com bacalhao, feijões, e peixe cozido, e temperado com azeite, e vinagre, que elles não conhecem; nem deixar de lhes causar a maior estranheza acharem neste Reyno, o que se não vê nos outros Paizes Catholicos Romanos da Europa, nos quaes todos os Bispos, pela sua propria authoridade dispensão nas Quaresmas, não só Ovos, e Lacticinios, onde ha o costume da abstinencia delles; mas até geralmente para todos os seus Diocesanos differentes dias, para comerem carne contra a mesma essencia do Jejum.

vidasse do seu poder para as reseridas dispensas até agora. E até dentro na mesma Cidade de Roma, a pratica, que ha nesta materia, he a de irem os Medicos pelas casas dos seus respectivos partidos examinar as causas, que nellas ha para se comer carne: Deixarem nas mesmas casas huns Bilhetes impressos, que levão para este esseito, declarando nelles os nomes dos que julgão impedidos para o jejum: E irem depois os Donos das taes casas apresentar os ditos Bilhetes aos seus Parocos em re-

conhecimento da sua sujeição.

19 QUARTA CAUSA. O mesmo inveterado uso de Manteiga, e Queijo estabelecido por hum tão longissimo espaço de tempo, fez com que todos os Commerciantes Estrangeiros assistentes nesta Corte sizerão entrar nella com muito boa fé as grandes quantidades de Manteigas, e Queijos, que neste tempo tiverão sempre o seu maior consumo: E sendo os referidos generos inopinadamente prohibidos, edaquelles, que são de corrupção tão facil, como he manifesto; veria a padecer o Commercio Geral esta jactura com outro escandalo igualmente público, vendo que só nesta Diocese se levantou para arruinallos, huma dúvida, que não ha, nem subsiste no resto da Europa Catholica Romana, nem ainda dentro na mesma Roma.

20 QUINTA CAUSA. Não ha entre nós quem ignore, que os Paizanos, que habitão as terras, que jazem finco, ou feis leguas ao redor da Cidade de Lisboa, chamados vulgarmente Saloyos, não tem para alimentar-fe outro trafico, que não feja o limitado transporte, que fazem dos Ovos das suas galinhas, do Leite das suas vacas, e dos Queijos, e natas das suas ovelhas, e cabras. Com o preço destes limitados

generos, com que vem amanhecer á dita Cidade quotidianamente vão comprar ao Terreiro os dous, tres, até quatro alqueires de segunda, a que elles chamão amassadura, com a qual vão matar a some de pão ás suas limitadas samilias. E se este pequeno trasico lhes sosse prohibido, seria o mesmo do que fazer perecer impiamente todo aquelle grande numero dos mais uteis, e miseraveis habitantes do referido Termo contra todo o espirito de caridade, e de justiça da Santa Madre Igreja.

SEXTA CAUSA. Da mesma sorte não ha quem ignore entre Nós, que todos os officiaes de Pedreiro, e Carpinteiro, e outros ministerios públicos, que trabalhão na Corte de Lisboa, e todos os serventes, que costumão trabalhar por jornal, vivem nos suburbios de Marvilla, Sete Rios, &c. onde são as casas mais baratas, para caberem os alugueres dellas nas

fuas poucas forças.

Todos estes uteis, e miseraveis la mens sahem de suas casas huma hora antes de amanhecer, ou com dez reis de Manteiga, ou com huma talhada de Queijo Flamengo, ou com hum Queijo branco, e hum pão na algibeira, que lhes servem de almoço, e jantar: Com isto passão até á noite, em que se recolhem a suas casas a comer as sopas das panellas, que suas mulheres lhes tem preparado para aquella hora. Se pois se lhes prohibissem os referidos general.

neros de Queijo, e Manteiga, ficarião fem meios para se sustentarem todo o dia; ficarião condenados ao jejum de pão, e agua, desde pela manhã até á noite; e ficarião impossibilitados para os seus trabalhos em prejuizo público. O que tambem não póde conformar-se nem com a Justiça, nem com a Piedade da San-

ta Madre Igreja.

23 E muito menos, quando he evidente, que cada huma destas causas constitue huma necessidade grave, e commua, que ninguem duvidou até agora, de que como tal necessidade grave, e commua, se equipara á necessidade particular extrema, que deve necessariamente soccorrer-se, até desprezando es perigos da vida, pessoa, e estado: (8) E se para a obrigação desta caridade bastaria que se verificasse huma das sobreditas seis necessidades, que será no caso presente, onde ellas concorrem todas juntas?

<sup>(8)</sup> He conclusão indubitavelmente certa, e estabelecida até pelos mesmos Casuistas inimigos da caridade Christã, entre os quaes se póde ver Scares de Charitate. Disp. 9. Sect. 2. n. 4. Castropaláo de Charitate. Disp. 1. Punct. 9. n. 10. Tamburin. in Decalog. Lib. V. de Charit. Cap. 1. §. 2. n. 4. com os quaes o estabeleceo assim o pio, e douto Manoel Rodrigues Leitão no seu Tract. Analyt. Propos 5. Demostr. 3. §. Recenhecendo, e Propos. 6. Demostr. 1. n. 98. e Demostr. 4. n. 21. §. Tinha a mesma obrigação.

Confirma-se mais tudo o referido; manifestando-se, que procederia ainda sem tantas, e tão urgentes causas, attendida a disposição das Constituições do Arcebispado de Lisboa, e costume do Reyno.

#### §. 24.

Cardeal Infante Dom Affonso Arcebispo de Lisboa, considerando que erão passados sincoenta annos, que se não fizera Concilio Synodal, nem novas Constituições para mudar, ou reformar as antigas, como era necessario, segundo a mudança, e variedade dos tempos; celebrou Synodo em Agosto do anno de 1536. nesta Cidade de Lisboa: E vendo, e examinando com muitos Theologos Canonistas, e Varões doutos, pios, e prudentes as antigas Constituições, principalmente as do Cardial de Alpedrinha Dom Jorge da Costa, publicou as suas no anno de 1537; declarando que tinha emendado, tirado, e accrescentado em algumas coufas as antigas. (9)

25 Em todas as Constituições do Cardial Infante Dom Assonso, não ha palavra sobre o Jejum, nem quanto á fórma substancial, nem

quanto á Disciplina.

26 O Cardial Rey Dom Henrique, fendo

(9) Assim o diz o dito Cardial Insante no Prolego das Constituições impressas em Listoa no anno de 1537. Arcebispo, mandou examinar as ditas Constituições de seu Irmão, e Antecessor no Synodo Lisbonense de 1565. Reformou algumas, que achou não se compadecerem com os Decretos do Tridentino, e outras, que por uso, e experiencia se achou se devião reduzir em outra sórma. (10)

27 Nestas Extravagantes primeiras tam-

bem não ha Constituições sobre o Jejum.

Henrique hum Concilio Provincial juntamente com os Bispos suffraganeos no anno de 1566, cujas actas forão publicadas no dia 23. de Dezembro do mesmo anno: nelle se tratárão, e determinárão cousas muy necessarias, e proveitosas para bom Regimento das Igrejas, cura das Almas, e cumprimento dos preceitos Divinos: As quaes cousas moverão ao dito Infante Cardial, como elle diz, a fazer algumas novas Constituições, e com ellas accrescentar, e em parte diminuir, e emendar as antigas, segundo por experiencia dos tempos entendia, que convinha.

29 O mesmo Cardial Dom Henrique sez apresentar estas Constituições, ou Extravagantes

10) Deste exame sahírão as Extravagantes chamadas Primeiras; que se publicárão no Synodo aos 6. de Junho de 1565, e fizerão o primeiro Appendix, tanto das Constituições, de que se fazia uso no tempo do Cardial Rey, como das que depois sez imprimir o Arcebispo Dom Miguel de Castro por Belchior Rodrigues no anno de 1583.

tes no Synodo Lisbonense celebrado em 1568, e nelle forão lidas, e publicadas com acordo, e conselho do Cabido, Dignidades, &c. aos

30. de Maio de 1568. (11)

30 Nestas Constituições, ou Extravagantes Segundas, se encontra o Titulo XV., e nelle quatro novas Constituições sobre o Jejum, das quaes a segunda pertence propriamente ao ponto; e diz assim:

## CONSTITUIC, ÃO II.

Dmoestamos, e mandamos sobpena de Excommunhão, e de duzentos reaes pa,, ra o Meirinho, que nenhuma pessoa desta 
,, Cidade, e Arcebispado em qualquer parte 
,, ande na Quaresma vendendo, e apregoan,, do pelas ruas, Praças, e outros lugares públi,, cos, Ovos, Leite, Manteiga, ou Queijos fres,, cos. Porque pois estas cousas são por Direi,, to prohibidas no dito tempo, grande deso,, bediencia he, quando a Igreja obriga a je,, jum, andallos vendendo, e apregoando publi,, camente, e com ellas convidando a pecca,, do, principalmente na Quaresma.

O que tudo se vê ser já obra dos Jesuitas, que se arrogárão todas as Disposições do dito Senhor

(11) Estas Constituições fazem a collecção das Extravagantes chamadas Segundas na Edição de D. Miguel de Castro.

nhor Cardial Dom Henrique: Suppondo huma prohibição, que na realidade não havia, como se verá logo: E referindo-se para isso ao Text. do Cap. Denique, que não era neste Reyno de

alguma observancia.

31 Ultimamente fendo nomeado para esta Metropoli o Arcebispo Dom Rodrigo da Cunha, logo no primeiro anno, cumprindo com a sua obrigação, convocou Synodo Diocesano aos 30 de Maio de 1640, e nelle ordenou a retorma das Constituições anteriores. Consistio esta refórma não só na alteração, mitigação, e accrescentamento das ditas Constituições anteriores; mas na incorporação das Extravagantes (até então separadas) do mesmo Systema das Constituições.

32 No Livro II. Titulo 3. Decreto I. S. 2. estabeleceo a Regra geral da Disciplina até o Versiculo E porque, e neste Versiculo se ex-

plica na maneira seguinte:

"E porque a prohibição dos Ovos, e cou-,, sas de Leite, ainda no tempo da Quaresma, ,, he sómente Ecclesiastico, e se póde tirar, e ,, moderar por costume legitimamente prescri-,, pto com tolerancia, e permissão dos Prela-,, dos, como está tirada em muitos Bispados ,, deste Reyno: Declaramos, que nos lugares ,, deste Arcebispado, não só nos que estiverem " mais longe do Mar, mas tambem nos outros

" onde houver costume de mais de quarenta " annos de se comerem Ovos, e cousas de Lei-", te na Quaresma, e dias de jejum, se possa " guardar o tal costume, comendo-se as ditas " cousas, sem peccado algum.,

33 Ha logo neste Arcebispado lugares proximos ao Mar, e distantes do Mar, onde havia costume dos Ovos, e Lacticinios na Qua-

resma, e dias de jejum.

- 34 Não declarárão as referidas Constituições quaes fossem os ditos lugares, talvez porque havendo Bulla da Cruzada no anno de 1640: entendendo-se (mal) que della vinha o privilegio; e não vindo á lembrança, que poderia cessar; não pareceo necessaria esta declaração: ao mesmo tempo que para memoria da Disciplina do Arcebispado pareceo conveniente apontar em geral, que havia com esseito lugares maritimos, e mediterraneos, onde se observava o dito costume de comer Ovos, e Lacticinios.
- 35 E se manisesta, que Lisboa não podia deixar de ser hum daquelles lugares proximos ao Mar, onde o referido costume se observa-va.
- 36 Assim se mostra positivamente pelo concludentissimo argumento a sufficienti partium enumeratione; porque em nenhum outro lugar do Arcebispado de Lisboa concorrião, como

concorrem na Capital do Reyno as seis notorias, e urgentes causas assima referidas para sazerem o dito costume de huma necessidade manisesta; podendo só assemelhar-se á mesma Capital a Villa de Setuval pelo Porto de Mar, frequencia do Commercio, Nobreza das casas della, e concurso das Nações Estrangeiras, que

a ella costumão vir por todo o anno.

Assim se torna a concluir negativamente, logo que se faz a justa reflexão sobre as terras, de que se compõe o mesmo Arcebispado: vendo-se claramente, que em todos os Termos de Cascaes, e de Cintra, na Comarca de Torres; e na parte da Estremadura que confina com o Bispado de Leyria, apenas haverá entre mil huma casa, onde se temperem comeres com Manteiga, ou se gastem nas cozinhas Ovos, e Lacticinios, compondo-se todo o commum das ditas terras de gente, que vive rusticamente, e que rusticamente tempera os alimentos de que vive : Vendo-se que o mesmo procede por outra evidencia nas Villas, e Lugares, que jazem ao Sul do Tejo, até ende o mesmo Arcebispado confina com o de Evora: Evendo-le finalmente, que em semelhantes terras, onde só se usou sempre, e usa de azeite, era impossivel, que se introduzisse hum costume de Ovos, e Lacticinios, quando he certo que prescindindo de alguma pessoa mais distincta (das quaes quando muito ha huma entre mil)

quando vão ver, ou affistir á cultura das suas fazendas, ninguem mais podia usar de Maneteiga, e a referida millesima pessoa não podia bastar para fazer costume.

38 Assim se conclue outra vez pelas mesmas Constituições do Arcebispo Dom Rodrigo

da Cunha, fendo bem entendidas.

39 Como em todo o §. 2. do Liv. I. Tit. 13 assima copiado tinhão as Constituições declarado novamente a Regra da Disciplina com a modificação do Versiculo E porque não podião ter lugar sem modificação as antigas Constituições 1.2, e 2.4 das Extravagantes segundas, que se achão debaixo do Tit. XV. e das quaes assima transcrevi a Primeira sobre a venda pública de Ovos, e de cousas de Leite: Por isso pois attendendo as ditas novas Constituições á dita modificação do Versiculo E porque passárão a compilar as referidas duas das Extravagantes tambem modificando-as na maneira seguinte.

### Constit. Liv. 2. Tit. 3. Decret. 1. §. 3.

" Por se evitar o escandalo, que póde re-" fultar de se vender carne publicamente, " e de se talhar, e cortar; e assim as mais cou-" são defezas; e porque tambem somos obri-" gados a tirar todas as occasiões de peccado: " Man-

, Mandamos em virtude de obediencia, e sob , pena de Excommunhão aos Vereadores, Al-, motaceis, e quaesquer outros Ministros de " Justiça Secular, a que pertencer, que não , dem licença, nem consintão talhar-se, cortar-se, nem vender-se Carne publicamente , nos Açougues, e Ribeira da Cidade de Lisboa, e das outras Villas, e Lugares do noslo Arcebispado no tempo da Quaresma. E a mesma pena de Excommunhão, e de sinco cruzados mais por cada vez pomos aos Marchantes, Carniceiros, e Magarefes, que a cortarem, talharem, ou venderem. Porém Gallinhas, Frangos, Cabritos, Carneiros, e semelhantes, se poderão vender, e cortar para doentes (12). Nem tambem (13) no mesmo tempo da Quaresma nos lugares, em que não houver costume prescripto de se poderem comer Ovos, e Leite (14), se poderão vender Queijos, e mais cousas de Lei-", te, nem apregoar pelas Ruas, Praças, e " outros lugares públicos, &c.

#### 40 Re-

(12) Até aqui está copiada com mudança de algumas palavras a Constituição Primeira do Titulo 15. das Extravagantes Segundas.

(13) Aqui principia a incorporar-se com molificação a Constituição Segunda do dito Titulo 15. das Extravagan-

tes Segundas.

(14) Nota bene, que a Constituição Segunda dizia que penhuma pesso desta Cidade.

e combinando-le não fó com as das Extravagantes Segundas, donde foi extrahida; mas ainda com o lent do proprio, e deduzido da fua natural contextura; ha de concluir-le, que Lisboa he lugar defignado entre os em que prevaleceo o costume dos Ovos, e Lacticinios.

I. Porque na Constituição Primeira, e Segunda das ditas Extravagantes, assim como fe prohibio expressamente a venda pública da Carne nesta Cidade, comminando-se penas aos Vereadores, e Almotaceis: assim tambem, e com a melma expressão desta Cidade se comminou (ainda que com erro) aos que nella vendessem Ovos, e Lacticinios. Porém na refórma destas Constituições, e na occasião da sua incorporação no dito §. 3, que deixo transcripto, ao mesmo tempo que se conservou a prohibição da venda pública da Carne, com a expressão desta Cidade, como se lia na Constituição Primeira, pelo contrario se tirou a declaração desta Cidade, quando se chegou á venda dos Ovos, e Lacticinios, ainda que ella estava expressa na dita Constituição Segunda. Donde resulta, que a dita Cidade de Lisboa foi manifestamente excluida pelas duas vulgarissimas Regras: Posteriora derogant priora; e Legislator si voluisset, expressisset.

42 II. Porque manifestamente se vê, que quanto maior foi o estudo, que empregou a

di-

dita nova Constituição em fazer mais clara, e mais redundante a expressão desta Cidade no caso da venda pública das Carnes; tanto mais claramente quiz que se restectisse na estudada omissão desta mesma expressão no caso dos Ovos, e Lacticinios. No caso da venda pública das Carnes, não se contentou a Nova Constituição com a antiga expressão desta Cidade, mas accrescentou nem vender-se Carne publicamente nos Açougues, e Ribeirá da Cidade de Lisboa. No caso porém dos Ovos, e Lacticinios (de que immediatamente passou a tratar) descontentou-se até da simples expressão desta Cidade, que se lia na antiga Constituição.

43 Da conservação pois da dita expressão em hum caso, e da omissão della no outro, o que se deve concluir he : Que achando-se haver em Lisboa o costume de comer Ovos, e Lacticinios, de proposito se omittio Lisboa, quando se tratou da venda destes comestiveis: Que no tempo das Extravagantes Segundas ou fe não considerou, ou se não quiz metter em conta, que neste Arcebispado houvesse lugares, nos quaes por costume se comessem Ovos, e Lacticinios: Que por isso absolutamente se prohibio a venda destas cousas, tanto nesta Cidade, como em todos os lugares do Arcebispado: Que porém no tempo das Novas Construições, em qui se tratou sériamente de reforformar as antigas, examinando-se este ponto, conhecendo-se o erro antecedente, e achando-se que havia lugares, em que prevalecêra o dito costume, assim se declarou em geral no sim do §. 2: E que sendo Lisboa hum destes lugares, consistio a resórma da Constituição Segunda das Extravagantes Segundas em riscar dellas a expressão desta Cidade, que fazia parecer, que em Lisboa não havia tal costume, quando na realidade o havia, e tinha havido sempre, como vou demonstrar com tres irrefragaveis Monumentos, que fazem cessar toda a dúvida. São elles os seguintes:

44 PRIMEIRO MONUMENTO. Antonio Fernandes de Moura foi hum dos Ecclesiasticos, que constituírão o ornamento do feliz Seculo de 1500, e do principio do Seculo proximo precedente. Foi assinalado Theologo, muito douto em hum, e outro Direito, e summamente aceito até pela innocencia dos seus costumes ao Arcebispo Primaz D. Fr. Aleixo de Menezes, e ao Bispo de Lamego D. João de Lancastre, que o sez Examinador do Clero daquella Diocese (15). Huma das Obras pois deste Apostolico Escritor, he a que elle deo á luz do Mundo em 8.º debaixo do Titulo seguinte:

(15) As Letras, Virtudes, e Obras deste Apostolico Varão se podem ver na Bibliotheca Lusitana de Diogo Barbosa Machado Tom. I. pag. 271. col. 2, e nos outros Authores, que elle cita.

" Compendio Moral, e Resoluções de casos de Consciencia do Licenciado Antomio Fernandes de Moura, Prégador da Sé de Lamego pelo Illustrissimo e Reverendis, simo Senhor D. João de Lancastre Bispo delmo Senhor D. João de Lancastre Bispo delmo Cado a Sua Senhoria, que o mandou faço cado a Sua Senhoria, que o mandou faço gues. Com licença, e Privilegio Real. A custa do Author, anno de 1625.

E foi reimpresso em Lisboa no anno de 1629.

45 Tratando pois ex professo o mesmo douto, e pio Varão do ponto, de que se trata, se explicou na Parte Segunda Cap. 2. §. 1. na maneira seguinte:

" As comidas permittidas no dia de je" jum são todas as de Peixe: As prohibidas
" são todas as de Carne. Ovos, Leite, e Quei" jo prohibem-se por Direito commum nos
" dias da Quaresma; porém ha se de guardar
" o Costume da Patria neste ponto. (16) Nas
" partes, onde se prohibem os Lacticinios na
" Quaresma, não se entende a prohibição nos
" Domingos, porque de Direito commum não
" ha tal prohibição. Em Portugal não são proC ii ", hi-

<sup>(16)</sup> Cord. in summa q. 168. Disp. 8. Roder. in Bull, S. 6. num. 8.

"hibidos em tempo algum, ou em parte alguma, ainda que feja Porto de Mar; nem ha pessoa timorata, que disto tenha escrupu"lo. Porém neste Bispado de Lamego, haven"do tanta falta de Peixe, fazem disso grande escrupulo os pobres lavradores, e accusão-se de comer hum bocado de Queijo, ou de Ovo; e póde ser com erronea consciencia peccan"do, por cuidarem que peccão; pelo que con"vem, que no principio da Quaresma os Pa"rocos avisem disto aos Freguezes, e lhes ti"rem este escrupulo errado.

46 Donde resultão quatro cousas tão claras, como são: Primeira: Que em Portugal não havia prohibição de Ovos, e Lacticinios em tempo de Quaresma antes da Bulla da Cruzada, cuja dispensa foi expedida no anno de 1591, fundando-se visivel, e manifestamente na Disposição do Direito commum, que não tinha lugar neste Reyno, como doutrinalmente ensinou o referido Antonio Fernandes de Moura trinta e quatro annos depois da expedição da referida Bulla da Cruzada, ou no anno de 1625, quando se achavão tão frescas as memorias do que passava ao dito respeito; ou quando o costume de se usar em Portugal dos referidos generos, era tão notorio a todos os presentes, que não cabia na possibilidade fazer-se-lhes engano sobre o referido facto, que

então era a todos público, e notorio. Segun-da cousa: Que havendo os Jesuitas desde o referido anno de 1625, e antes delle destruido todas as Livrarias deste Reyno, e confundido nelle toda a Litteratura, e toda a Moral Christam, confundírão as cousas de tal sorte, que tiverão artes para persuadirem, que só se podião comer Ovos, e Lacticinios pela dispensa da Bulla da Cruzada, para ampliarem a Jurisdicção da Curia de Roma, quando na realidade se usava dos referidos comestiveis pelo costume universal do Reyno: Terceira cousa: Que tudo o que depois daquelle tempo se quiz chamar costume contrario de se absterem estes, ou aquelles lugares do mesmo Reyno de Ovos, e Lacticinios, consistio por huma parte no sysico, e habitual uso de todos os rusticos dos Termos de Cintra, Torres Vedras, e sua Comarca, da de Santarem, e dos outros Póvos rusticos da banda d'além do Téjo, que sempre usarão, e usão de azeite, por não ter com que comprar manteiga; e pela outra parte dos pretextos, que os mesmos Jesuitas tomárão das ditas impossibilidades fysicas, para com ellas fingirem hum preceito moral, onde o não havia: Quarta coula: E que de tudo o referido resultou, que nos Bispados, onde houve Prelados doutos, e bem aconselhados, se sustentou sempre a antiga liberdade de se comerem depois da Bulla da Cruzada os mesmos Oyos, e LactiCticinios, de que se usava antes della, como succedeo, e está succedendo nos dous Arcebis-pados de Braga, e de Evora, nos Bispados da Guarda, de Viseu, de Lamego, &c.: e que nos outros Bispados, onde se deixárão prevalecer as suggestões dos fesuitas, veio a chamar-se costume, ou prohibição ao que era impossibilidade, e miseria dos Póvos rusticos, os quaes não tinhão, nem tem com que comprar manteiga nem antes, nem depois da referida Bulla.

do mesmo Livro consta: I. Que elle fora mandado examinar no anno de 1624 (em que se principiárão a destruir as Livrarias deste Reyno com o Index Expurgatorio) pelo Bispo Inquisidor Geral: II. Que este commetteo o exame do mesmo Livro ao outro Bispo, que então era do Porto, D. Rodrigo da Cunha, depois Arcebispo de Lisboa: III. Que successivamente soi authorizado o mesmo Livro com as licenças do Santo Officio, do Ordinario, e da Meza do Desembargo do Paço: IV. E que de tudo o referido resultão outras duas consequencias, que invencivelmente confirmão as quatro cousas assima deduzidas.

48 A primeira das ditas consequencias he a da confirmação do facto conteúdo nas palavras do Licenciado Antonio Fernandes de Moura assima copiadas, em quanto nellas estabele-

ceo por Doutrina commua, que os Ovos, e Lacticinios em Portugal não são prohibidos em tempo algum, ou em parte alguma, ainda que seja porto de Mar, nem ha pessoa timorata, que disto tenha escrupulo, &c. Porque indubitavelmente se conclue, que se esta não fosse a verdade notoria a todos os que então vivião, nem hum Varão tão douto, e pio como o dito Author oufaria affirmalla : nem hum Prelado tão pio, tão douto, e tão applicado como foi o Bispo D. Rodrigo da Cunha, deixaria passar na sua Censura, quando approvou o referido livro, o que fosse contrario á/ mesma verdade então notoria: nem os Tribunaes da Inquisição, do Ordinario, e do Desembargo do Paço, permittirião, que se désfe huma impostura por Doutrina geral aos Póvos de todo este Reyno em tão grave materia.

49 A segunda consequencia he igualmente clara, e manisesta: concluindo, que tendo conhecido o dito D. Rodrigo da Cunha desde o tempo, em que fora Bispo do Porto, e em que approvou o referido livro, que o costume deste Reyno era o de não ter lugar nelle a prohibição de Ovos, e Lacticinios: por isso nas Constituições, que pouco depois sez no anno de 1640, como Arcebispo de Lisboa, excluio esta Cidade, e os outros Lugares mediterraneos, e maritimos deste Arcebispado da

tal prohibição, como fica assima manifesto: julgando desnecessaria maior explicação sobre hum ponto, que então era de notoriedade cão pública; como se manifesta por dous testemunhos tão authenticos, como o erão então, e

são ainda agora os que vou referir.

50 Hum delles era o referido livro do Licenciado Antonio Fernandes de Moura, que pouco antes se havia feito de notoriedade pública pelas duas impressões, que delle tinhão fahido á luz nos annos de 1625, e de 1629: e o outro nada menos legal, he o de Estevão Fagundes, o qual no Tratado Apologetico, que vem no fim das fuas obras estampadas em Moguncia no anno de 1628, em resposta de huns Doutores de Salamanca, que querião, que em Portugal fosse peccado o uso de Ovos, e Lacticinios, como o era em Hespanha; depois de referir no Capitulo III. S. 3. as assersões dos muitos Ministros Ecclesiasticos, dos differentes Bispados de Portugal, que consultou, e de attestar com elles, que contra a prohibição do Capitulo Denique, estava o costume universal deste Reyno; conclue no §. 4: Que tal he o uso dos differentes Bispados de Portugal, e que já no referido anno de 1628 estavão derogadas em Lisboa as Extravagantes do Senhor Cardial Dom Henrique, que tinhão prohibido a venda de Ovos, e Lacticinios: explicando-se nestes claros, e expressivos termos: ,, Oly"Olysipone verò abrogata est jam quæ"dam Extravagans, in qua venditio Ovorum,
"& Lacticiniorum in Quadragesima vetaba"tur; venduntur enim per plateas, permisso
"præconio, & ad ostia passim venalia expo"nuntur, nemine prohibente. Et id certum est
"etiam in Archiepiscopatu Eborensi, & in
"toto tractu Transtagano, & Transmontano,
"& Brigantino.

tra vez, manifestando-se, que antes da Bulla da Cruzada já havia nas Dioceses deste Reyno (com differença das de Hespanha) o geral costume de se usar de Ovos, e Lacticinios no tempo da Quaresma: Sendo esta verdade tão notoria, que nem o mesmo Jesuita Nogueira se atreveo a negalla, e soi obrigado a reconhecesta, e confessalla no seu Tratado sobre a referida Bulla. Disp. XXII. Sect. 9. n. 80., & Sect. 10. n. 107. ibi:

, Respondeo, negando antecedens & il, lius probationis consequentiam, saltem quoad
, Diœceses Portugaliæ, de quibus dicitur, non
, habere consuetudinem abstinendi ab Ovis,
, & Lacticiniis in Quadragesima; quia ante
, concessiones Bullæ continuatas, in illis Diœ, cesibus vigebat consuetudo illa comedendi;
, ut constat ex declaratione sacta pro Eboren-

" fi Diœcesi ab Archiepiscopo D. D. Theoto-" nio, de qua suprà n. 10. quæ suit sacta an-" te annum 1608. in quo typis mandata suit " declaratio Bullæ à Sebastiano à Costa de An-" drade illam referente, & Bulla in his Re-" gnis continuari incepit ab anno 1591, ut con-" stat ex Bulla Gregorii XIV. initio hujus ope-" ris inscripta.

52 E do mesmo costume attestou ainda depois Antonio Baptista Viçoso, na sua obra sobre a Bulla, intitulada *Templo Theologico*, esttampada em Lisboa com todas as licenças no anno de 1636. Arco 34. pag. 47. ibi:

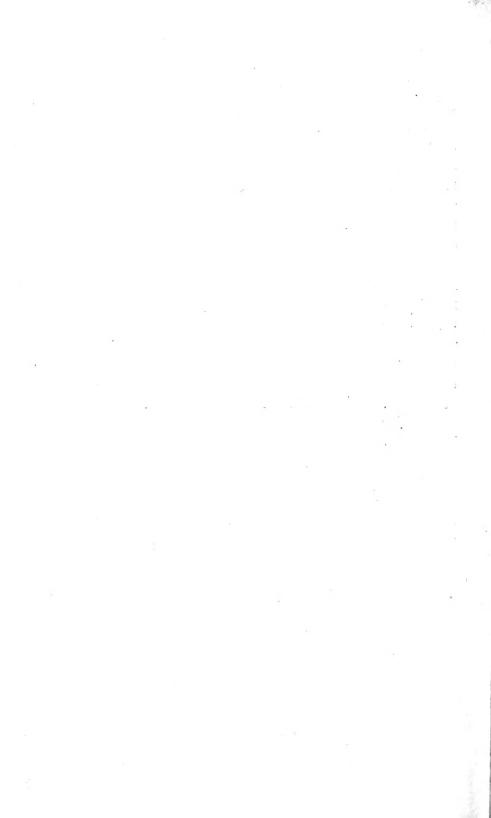
"E nos dias de Quaresma concede a Bul" la a todas as pessoas o poderem comer Ovos,
" e Lacticinios nas terras, em que não houver
" o costume introduzido o contrario; como
" he no Arcebispado de Evora, Bispado de Vi", seu, Guarda, e ainda em Lisboa, ou outras
", terras nas partes onde houver o tal costu", me de mais de quarenta annos, nas quaes
", ainda sem Bulla se póde usar de Ovos, e
", Lacticinios: Nog. cit. Disp. 22. n. 80. Abreu
", lib. 10. n. 601.

53 TERCEIRO, E ULTIMO MONUMENTO. Por isso pois fundando-se solidamente em todas as evidentes razões assima referidas declarou

coherentemente no anno de 1690 o Eminentissimo e Reverendissimo Cardial de Sousa, sendo Arcebispo de Lisboa, ás ovelhas do seu Arcebispado, que nesta Corte fazia licito o costume o uso de Ovos, e Lacticinios, (17) da mesma sorte, que se espera, que o Eminentisfimo e Reverendissimo Senhor Cardial Patriarca declare agora com a justiça, e benignidade, que lhe são naturaes para o socego das consciencias, e para o remedio das públicas necessidades, que tem causado hum escrupulo notoriamente excluido, pela authoridade, pela razão, e até pela constante verdade de facto, segundo a qual se manifesta, que não houve nunca, nem póde haver legitima prohibição de Ovos, e Lacticinios neste Patriarcado.

(17) Como constará dos Registos da sua Pastoral reserida por Fr. Manoel da Silva, que della soi testemunha de vista no seu Trat, sobre a Bulla da Cruzada nos Prenotandos Proemiaes Nota. 4.

## FIM.



## PRIVILEGIO.

Oderá o Impressor Miguel Manescal da Costa estampar a Pastoral do Cardial Patriarca de Lisboa, que declarou o antigo costume, que sempre houve neste Arcebispado de Lisboa de nelle se comerem Ovos, e Lacticinios em tempo de Quaresma; a Repre-sentação do Procurador da Cidade sobre a conservação da quasi posse do mesmo costume. e a Demonstração, que lhe servio de base: E para o referido lhe concedo licença com Privilegio exclusivo por tempo de cinco annos, debaixo da pena do perdimento dos Exemplares. que sabirem de qualquer outra Officina, e do tresdobro do valor, por que forem vendidos os legitimos: Para o que se publicará este Decreto na sobredita Impressão. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a tres de Marco de mil setecentos sessenta e oito.

Com a Rubrica de Sua Magestade.]

Registado a fol. 166. vers.



